consultadoria jurídica

Atribuição de subsídio por ocasião do nascimento de filhos gémeos do trabalhador da Administração.

CONSULTA

Qual o montante dos abonos que o trabalhador poderá auferir a título de subsídio de nascimento em relação aos filhos gémeos que nasçam com vida?

RESPOSTA

De harmonia com a previsão o artigo 214.º, n.º 1, do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, a verificação do nascimento de filho do trabalhador constitui o facto objectivamente atendível que confere direito à percepção do referido benefício social.

A razão de ser da introdução desta regalia prende-se com o interesse da Administração em compartilhar as despesas imediatamente resultantes da ocorrência do nascimento dos filhos do trabalhador, encargos que necessariamente se avolumam com os nascimentos de vários filhos que se sucedam com maior ou menor proximidade temporal. Tendo presente esta justificação, é o nascimento de cada um dos filhos do interessado que deverá conferir individualmente o direito ao subsídio previsto naquela disposição.

No caso em apreço, o nascimento de gémeos dará lugar à obtenção de uma importância correspondente a tantos subsídios quantos os filhos nascidos com vida, em conformidade com o artigo 214.º do ETAPM.

Prova do requisito da nacionalidade para o desempenho de funções públicas.

CONSULTA

Para efeito de admissão a concurso, o artigo 53.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro, determina a apresentação de «cópia do documento de identificação». Contudo, no n.º 3 do artigo 10.º do mencionado E.T.A.P.M., a nacionalidade portuguesa ou chinesa prova-se através de bilhete de identidade ou passaporte.

Pretende-se saber se para admissão a concurso de ingresso bastará apresentar-se Cédula de Identificação Policial ou se terá de se fazer a prova da nacionalidade, mediante um daqueles documentos.

RESPOSTA

O disposto no artigo 53.º do E.T. A.P.M. deve conjugar-se com o preceituado no artigo 10.º do mesmo estatuto.

Assim, prescrevendo o n.º 3 do artigo 10.º que a nacionalidade portuguesa ou chinesa se prova através de bilhete de identidade ou passaporte, a expressão «documento de identificação», contida no aludido artigo 53.º, deve ser entendida no sentido de abranger apenas os documentos de identificação estabelecidos no n.º 3 do referido artigo 10.º, ou seja, de abranger o bilhete de identidade ou passaporte, com exclusão, pois, da Cédula de Identificação Policial.

**Prazo para apresentação do atestado médico
(Interpretação do artigo 102.º, n.º 1, do ETAPM).**

CONSULTA

Para justificação da ausência ao serviço que ocorra por motivo de enfermidade do trabalhador, até quando deverá este proceder à entrega de atestado médico comprovativo do respectivo impedimento? Será admissível a sua apresentação após o termo da doença e retorno ao serviço efectivo?

RESPOSTA

A entrega de documento probatório constitui uma exigência processual determinante da justificação das faltas por motivo de doença. A fixação do prazo de natureza processual, contido no n.º 1 do artigo 102.º do ETAPM, para a apresentação do atestado médico, traduz a necessidade de manter a Administração informada da intenção do trabalhador em exercer o direito a faltar, por forma a que sejam tomadas oportunamente as medidas de gestão que permitam suprir a ausência daquele.

Assim sendo, a intenção do legislador só pode ter sido a de determinar que o prazo de entrega do atestado médico começa no 1.º dia de ausência.

A apresentação do referido atestado deverá, pois, efectuar-se até ao final do 3.º dia a contar do início da situação de doença (no pressuposto que os dois últimos sejam dias úteis).